



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA**

SANDRA JAQUELINE GOMES DA SILVA XERENTE

**A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA INDÍGENAS DO POVO XERENTE NA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Sandra Jaqueline Gomes da Silva Xerente

A discriminação racial contra indígena do povo Xerente na universidade pública

Artigo científico apresentado à banca de qualificação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de nota e finalização da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa.

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- X6d Xerente, Sandra Jaqueline Gomes da Silva.
 a discriminação racial contra indígenas do povo xerente dentro da
 universidade pública. / Sandra Jaqueline Gomes da Silva Xerente. – Miracema,
 TO, 2025.
 38 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2025.
 Orientadora : Juliana Biazze Feitosa
1. Discriminação racial. 2. Estudantes Xerente. 3. Universidade Pública. 4.
 Permanência Universitária. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANDRA JAQUELINE GOMES DA SILVA XERENTE

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA INDÍGENAS DO POVO XERENTE NA
UNIVERSIDADE PÚBLICA

Artigo científico apresentado à UFT-Universidade Federal do Tocantins- Campus universitário de Miracema, Curso de Psicologia, foi avaliado para obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 10/12/2025

Banca examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Juliana Biazze Feitosa- Orientadora-UFT

Prof.(a) Me. Alessandro Barbosa Lopes- Examinador-Iphan

Prof.(a) Dr.(a) Ladislau Ribeiro do Nascimento- Examinador-UFT

Dedico este trabalho aos meus filhos, Lorenzo e Miguel, que são a luz da minha vida e a razão mais profunda da minha caminhada. Cada esforço, cada página escrita, cada noite de estudo, cada desafio enfrentado foi guiado pelo amor que sinto por vocês dois. Este trabalho também é uma luta pelo futuro de vocês, para que encontrem caminhos mais leves, mais justos e repletos de possibilidades, onde possam crescer com orgulho, dignidade e liberdade para serem quem são. Dedico também à minha mãe, cuja presença, coragem e amor incondicional sempre foram meu porto seguro. E ao meu pai, que já partiu, mas continua sendo minha inspiração mais profunda. Sua memória vive em mim e me impulsiona a seguir adiante com honra, força e esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que foi meu alicerce silencioso e constante. Em cada amanhecer cansado, em cada noite atravessada pelo medo ou pelo desânimo, foi ele quem colocou força em meus passos quando minhas pernas tremiam. Houve dias em que o peso parecia maior do que eu poderia carregar, mas a graça divina me envolveu, me levantou e me lembrou que eu não estava sozinha. Se hoje chego ao final desta caminhada, é porque fui sustentada por um amor maior do que qualquer dificuldade.

Aos meus filhos, Lorenzo e Miguel, agradeço com toda a profundidade do meu coração. Vocês foram o motivo de cada renúncia, de cada noite de estudo, de cada luta silenciosa que travo desde que me tornei mãe. Foram a esperança que me empurrou para frente quando o mundo parecia parar. Cada conquista minha tem o nome de vocês inscrito nas entrelinhas. Este trabalho é para vocês para que cresçam sabendo que a educação é caminho, é liberdade e é também um ato de amor pelos que virão depois. Tudo o que sou, tudo o que busco e tudo o que sonho passa pela vontade de construir para vocês um futuro mais justo, mais leve e mais bonito.

Agradeço profundamente à minha mãe, minha fortaleza e porto seguro. Sua fé foi luz quando tudo ao redor parecia escuro. Suas orações me abraçaram quando o cansaço queria me derrubar, e sua força silenciosa me ensinou que resistência também é gesto de amor. Cada palavra sua me sustentou como quem estende a mão a uma filha que aprende a caminhar entre tempestades. Se permaneci firme, foi porque sua fé me mantinha de pé.

Ao meu pai, em memória, deixo um agradecimento que carrego com lágrimas e orgulho. Mesmo ausente fisicamente, ele foi presença na minha trajetória. A alegria dele por ver sua caçula ingressar na universidade ecoou dentro de mim em todos os momentos difíceis. Sua memória me guiou como um farol distante, lembrando-me de que estudar também é honrar nossas raízes, nossa cultura e nosso povo. Hoje, lá de cima, espero que sinta orgulho desta conquista que também é dele.

À dona Adalgisa, avó paterna dos meus filhos, minha gratidão se estende como um abraço longo. Seu cuidado, seu amor e sua dedicação aos meus pequenos foram essenciais para que eu pudesse seguir estudando, mesmo quando as distâncias e as responsabilidades pareciam impossíveis de conciliar. Seu gesto de amor para com os netos é também um gesto de amor para comigo. Sem seu apoio, talvez eu não conseguisse dar tantos passos. Agradeço por ser parte dessa história e por ter sido luz em tantos momentos incertos.

Às minhas amigas Maravilha e Kaylane, que a vida colocou no meu caminho e que se tornaram irmãs de jornada, agradeço com carinho profundo. Vocês foram abrigo em meio às

tensões da universidade, foram risadas em dias pesados, foram companhia nos corredores, nos trabalhos, nos choros, nos silêncios e nas vitórias. A presença de vocês transformou esses cinco anos em algo muito maior do que apenas uma formação acadêmica: transformou em afeto, em parceria e em força. Carrego vocês comigo, para além das paredes da universidade.

Ao meu companheiro, Guenther, agradeço pela leveza que trouxe quando tudo parecia prestes a desmoronar. Obrigada por me apoiar nas madrugadas de estudo, por entender minha ausência quando o cansaço me consumia, por ser presença firme quando eu mesma duvidava das minhas forças. Seu cuidado tornou a reta final menos pesada, e seu olhar de incentivo fez cada desafio parecer possível.

Deixo registrada minha profunda gratidão à minha orientadora, professora Juliana, cuja força, sensibilidade e postura ética se manifestam tanto no que diz quanto no que faz. Agradeço por conduzir meu caminho com atenção e cuidado, por acolher minhas incertezas e por compartilhar comigo a intensidade desse processo.

Aos professores da banca examinadora Me. Alessandro Barbosa Lopes e Dr. Ladislau Ribeiro pela presença, disponibilidade e, sobretudo, pelas ricas contribuições oferecidas desde a qualificação. Cada sugestão, observação e orientação compartilhada ampliou minha compreensão sobre o tema e contribuiu significativamente para o aprimoramento desta pesquisa. Agradeço também por compartilharem comigo suas experiências, conhecimentos e perspectivas, que certamente levarei para minha trajetória acadêmica e profissional. É uma honra poder aprender com profissionais tão dedicados como vocês.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar de que forma a discriminação racial contra indígenas do povo Xerente dentro da universidade pública se materializa, que impactos ela produz na vida desses estudantes, bem como entender as estratégias de enfrentamento que constroem no percurso universitário. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, que elegeu como instrumento a roda de conversa realizada com estudantes indígenas da Universidade Federal do Tocantins- UFT, Campus de Miracema do Tocantins e a entrevista com um egresso pós-graduado da referida universidade. A interpretação das falas dos participantes da pesquisa foi realizada à luz de autores negros e indígenas, possibilitando uma leitura crítica e decolonial sobre as vivências relatadas. Os resultados evidenciam que a ruptura com o território, a invisibilização das culturas originárias e a sobrecarga emocional impactam profundamente o bem-estar e a trajetória educacional dos estudantes xerentes, gerando tristeza, vontade de desistir e desgaste psicológico. Foram identificadas na pesquisa vivências de discriminação racial explícita, deslegitimação da identidade indígena e hostilidade velada contra acadêmicos indígenas. Ao mesmo tempo, identificamos que emergem formas potentes de resistência, como o fortalecimento comunitário, o uso da língua materna, a preservação de práticas culturais, o apoio de familiares e amigos, e o sentimento de responsabilidade com o povo Xerente. Essas estratégias se articulam como modos de enfrentamento que reafirmam identidade, pertencimento e continuidade dos projetos coletivos indígenas. O estudo também aponta a importância do acolhimento institucional e assinala o papel da Psicologia fundamentada em princípios éticos e críticos no enfrentamento ao racismo, na promoção de ambientes seguros e no cuidado emocional de estudantes em situação de vulnerabilidade. Conclui-se que compreender o impacto da discriminação racial e valorizar as estratégias de resistência são passos fundamentais para construir uma universidade realmente inclusiva e comprometida com a equidade e a diversidade.

Palavras-chave: Discriminação racial; Estudantes Xerente; Universidade Pública; Permanência universitária; Tocantins.

ABSTRACT

This study sought to analyze how racial discrimination against indigenous people of the Xerente tribe within public universities manifests itself, what impacts it has on the lives of these students, and to understand the coping strategies they develop during their university studies. This is a qualitative field study, which used as its instruments a roundtable discussion with indigenous students from the Federal University of Tocantins (UFT), Miracema do Tocantins Campus, and an interview with a postgraduate alumnus from that university. The interpretation of the research participants' statements was carried out in light of black and indigenous authors, enabling a critical and decolonial reading of the experiences reported. The results show that the rupture with the territory, the invisibility of indigenous cultures, and the emotional overload profoundly impact the well-being and educational trajectory of Xerente students, generating sadness, a desire to give up, and psychological distress. The research identified experiences of explicit racial discrimination, delegitimization of indigenous identity, and veiled hostility against indigenous academics. At the same time, we identified the emergence of powerful forms of resistance, such as community strengthening, the use of the mother tongue, the preservation of cultural practices, the support of family and friends, and a sense of responsibility towards the Xerente people. These strategies are articulated as ways of coping that reaffirm identity, belonging, and the continuity of collective indigenous projects. The study also points to the importance of institutional acceptance and highlights the role of psychology based on ethical and critical principles in combating racism, promoting safe environments, and providing emotional care for students in vulnerable situations. It concludes that understanding the impact of racial discrimination and valuing resistance strategies are fundamental steps in building a truly inclusive university committed to equity and diversity.

Keywords: Racial discrimination; Xerente students; Public university; University retention; Tocantins.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CAMINHO METODOLÓGICO.....	15
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
3.1	Da aldeia à universidade	18
3.1.1	Negar nossas histórias e capacidades são formas de nos discriminar.....	21
3.1.1.1	<i>Os efeitos da discriminação racial na vida dos estudantes Xerente.....</i>	<i>25</i>
3.1.1.1.1	<u>Nossa cultura é uma forma de resistência.....</u>	<u>27</u>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	31
	APENDICE.....	33

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a discriminação racial contra indígenas do povo Xerente dentro da universidade pública se materializa, que impactos ela produz na vida desses estudantes, bem como entender as estratégias de enfrentamento que constroem no percurso universitário. Procuramos em nosso estudo responder a seguinte questão: Como a discriminação racial contra indígenas do povo Xerente dentro da universidade pública se materializa, que impactos ela produz na vida desses estudantes e quais as estratégias de enfrentamento e resistência adotam para permanecerem e se fortalecerem dentro da universidade pública?

O povo Xerente (ou Akwẽ), segundo Paula (2021), pertence ao tronco linguístico Jê e encontra-se localizado majoritariamente na margem leste do rio Tocantins, a 70 km ao norte da capital, Palmas. Sua população estimada é cerca de 3.336 habitantes, de acordo com os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O povo Xerente mantém viva a sua língua Akwẽ-Xerente, a qual é fortemente enraizada na vida comunitária. Desde cedo, as crianças falam exclusivamente a língua Akwẽ-Xerente, até os 5 anos de idade, dando exclusividade somente a língua materna, enquanto os adultos a utilizam em todos os contextos do cotidiano, transitando também para o português quando em contato com não indígenas.

Paula (2021) nos possibilita compreender que a sociedade Xerente se organiza a partir de uma estrutura cultural própria, baseada nas metades cerimoniais Doí e Wahirê, vinculadas aos heróis míticos Sol e Lua organizando casamentos, rituais e a vida comunitária. Cada metade é composta por clãs que transmitem nomes e pertencimentos de forma patrilinear, formando uma rede de deveres e obrigações recíprocas, essencial para a coesão social e a preservação cultural. Essa organização demonstra como a identidade e os vínculos comunitários são profundamente estruturados, garantindo a continuidade da cultura, da espiritualidade e da memória histórica do povo Akwẽ.

Entender essa estrutura social é fundamental para compreender os desafios que nós estudantes indígenas do povo Xerente enfrentamos na universidade. Ao adentrar um espaço majoritariamente urbano, e regido por normas e valores distintos, carregamos conosco toda a complexidade de uma identidade coletiva que muitas vezes não é reconhecida ou valorizada. Portanto, a análise da experiência universitária do povo Xerente não pode se restringir à esfera acadêmica. Ela deve considerar o contexto histórico, social e cultural desse povo, compreendendo como desigualdades estruturais, preconceitos e falta de reconhecimento

institucional interagem com a preservação da identidade indígena e afetam diretamente o bem-estar psíquico desses estudantes.

Entende-se por discriminação racial um conjunto de práticas, discursos e estruturas que produzem desigualdades e inferiorizações a partir da raça, sustentando relações de poder historicamente construídas. Como afirma Munanga (2004), o racismo no Brasil opera pela naturalização das hierarquias raciais, frequentemente mascarado pela ideologia da mestiçagem, o que torna a discriminação mais sutil, mas não menos violenta. Nesse sentido, a discriminação não se limita a atos individuais ela está enraizada em sistemas institucionais que produzem exclusão e restringem o acesso e a permanência plena de determinados grupos.

A mestiçagem racial, assim, foi considerada pela ideologia nazista como um processo que provoca o desaparecimento das qualidades que outrora tornaram o povo conquistador capaz de conquistas. São particularmente as energias civilizadoras que a mestiçagem com uma raça inferior faz desaparecer (MUNANGA 2004, p. 53).

A escolha por abordar essa temática parte de um lugar profundamente pessoal. Sou indígena do povo Xerente (Akwê) e carrego em minha trajetória escolar e acadêmica experiências de resistência, superação, mas também de dor diante das inúmeras formas de discriminação que marcam o cotidiano de quem ousa ocupar um espaço que historicamente não foi feito para nós. Sinto que essa é uma oportunidade de usar o espaço acadêmico para dar visibilidade às nossas histórias, lutas, saberes e modos de vida.

Para mim, essa escolha vai além de um interesse acadêmico, é um compromisso com a minha identidade, com a minha ancestralidade e com a resistência contínua do meu povo. Este trabalho é, portanto, para mim uma forma de dar visibilidade às dores que muitas vezes são silenciadas e de valorizar as estratégias de resistência e enfrentamento que nós, estudantes indígenas, desenvolvemos para continuar existindo e resistindo nesses espaços. Mais do que cumprir um requisito acadêmico, esse TCC representa um ato de afirmação da minha identidade, da minha etnia e da força coletiva do meu povo. Por isso, este trabalho também nasce do desejo importante na luta por respeito, reconhecimento e justiça dentro e fora da universidade.

Segundo Ribeiro (2019), a universidade é um espaço que reflete uma lógica elitista e excludente, estruturada historicamente sob a centralidade da branquitude, o que dificulta a efetiva inclusão da diversidade de povos presentes no país. Falar de branquitude é reconhecer que, na sociedade brasileira, a população branca ocupa um lugar de privilégios que muitas vezes passa despercebido, enquanto grupos racializados, como os povos indígenas, carregam o peso da inferiorização histórica.

Silva Bento (2002; 2014) explica que a branquitude não se limita à cor da pele, mas constitui uma posição social construída historicamente, que garante vantagens simbólicas, materiais e subjetivas, ao mesmo tempo em que naturaliza a marginalização de outros grupos raciais. Nesse sentido Cida Bento destaca que:

É na organização da instituição, ao longo da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados (CIDA BENTO, 2022, p.56).

O trecho citado acima dá pistas de como a branquitude opera também no contexto da universidade, invisibilizando ou estigmatizando culturas negras e indígenas e consolidando a branquitude como norma e reforçando desigualdades históricas.

Em acréscimo, Bourdieu e Passeron (2014) apontam que, em diversos contextos, o acesso ao ensino superior favorece indivíduos provenientes de posições sociais mais privilegiadas:

Lê-se nas chances de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção que, ao longo de todo o percurso escolar, exerce-se com um rigor muito desigual segundo a origem social dos sujeitos; na verdade, para as classes mais desfavorecidas, trata-se puramente e simplesmente de eliminação. Um filho de quadro superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que um filho de operário; suas chances também são o dobro das de um filho de quadro médio (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.16).

Cunha (1980) reforça essa análise ao destacar que o ensino superior no Brasil nasceu como instituição elitista, restrita às camadas economicamente favorecidas. Nesse contexto, a presença indígena é resultado de lutas históricas e conquistas recentes, viabilizadas sobretudo pelas políticas afirmativas. A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, foi um marco nesse processo, ao reservar vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, com recorte específico para pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e, posteriormente, quilombolas. Essa conquista, fruto das mobilizações sociais, representou uma abertura inédita para povos que, por séculos, foram excluídos da educação formal.

No Tocantins, esse processo ganha contornos específicos com a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2000, cuja implantação efetiva ocorreu em 2003. Desde seu primeiro vestibular, em 2004, a instituição se destacou por adotar a política de cotas para estudantes indígenas, sendo pioneira nesse aspecto (UFT, 2007, 2010). Essa conquista possibilitou o ingresso de jovens indígenas de diferentes povos, entre eles os Xerente (Akwê).

A permanência desses estudantes cotistas, entretanto, enfrenta inúmeros desafios.

Embora a UFT tenha implantado políticas de assistência estudantil desde seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2007-2011), os dados oficiais da própria universidade revelam tensões: o Relatório de Gestão de 2023 aponta uma redução da taxa de evasão geral dos acadêmicos dos cursos de graduação presenciais de 8,68% para 4,08% entre 2019 e 2020, mas também registra uma evasão acumulada de 40%. Ainda que tenha havido um aumento de 28,80% na taxa de retenção em 2023, não há informações específicas sobre a evasão e a permanência de estudantes indígenas, o que invisibiliza as dificuldades enfrentadas por esse grupo (UFT, 2007; UFT, 2024).

Nesse cenário, a atualização da Lei nº 12.711/2012 pela Lei nº 14.723/2023¹ ampliou as ações afirmativas, fortalecendo o acesso dos indígenas ao ensino superior. Contudo, compreender como tais políticas se materializam na realidade da UFT, especialmente em relação aos estudantes do povo Xerente, torna-se essencial. É justamente nesse ponto que se insere nossa pesquisa, que aborda um tema que ainda é pouco debatido no contexto universitário, mas que se faz presente no cotidiano de alunos indígenas e negros e que precisa ser enfrentado para que possamos consolidar a política de permanência de estudantes cotistas.

Pereira et al. (2021) destacam que são inúmeros os desafios, dificuldades e sofrimentos enfrentados pelos estudantes indígenas ao ingressarem na universidade, especialmente quando precisam se deslocar de suas comunidades de origem. Entre esses desafios estão: a saudade da família, o afastamento da aldeia, as diferenças nos modos de vida, nas relações interpessoais, nos horários, na alimentação e a ausência do contato cotidiano com a natureza; que é fundamental para seu bem viver. Além disso, enfrentam a exigência do uso da língua portuguesa, que, em alguns casos, não é sua língua materna, o que se soma às dificuldades de adaptação às dinâmicas e exigências próprias do contexto universitário.

Para compreender os impactos da discriminação racial sobre os povos indígenas, é necessário primeiro entender o que é o racismo e como ele se estrutura. Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo é um fenômeno estrutural, ou seja, está inserido nas instituições, nas práticas sociais, nas leis e nos discursos. Não se trata apenas de atitudes individuais preconceituosas, mas de um sistema de dominação que organiza a sociedade, a partir de hierarquias raciais. No caso dos povos indígenas, o racismo assume características específicas, pois está diretamente ligado a tentativas históricas de apagar sua existência, suas culturas e seus modos de vida.

¹ Lei promulgada em 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Autores como Manuela Carneiro da Cunha (1992) e Luiz Eloy Terena (2022) evidenciam que o racismo contra os povos indígenas se configura como um processo estrutural, pautado na negação da sua humanidade, na criminalização de seus modos de vida e na deslegitimação de seus saberes. Cunha (1992), ao organizar a obra *História dos Índios no Brasil*, discute como as narrativas coloniais apagaram os povos indígenas como sujeitos históricos, reduzindo-os a vítimas ou obstáculos ao desenvolvimento. Terena, advogado da APIB e pesquisador, aponta que o racismo institucional se manifesta na invisibilização jurídica e política dos indígenas, impedindo o reconhecimento de seus direitos e colocando-os em situação de vulnerabilidade dentro das instituições, inclusive universitárias. No contexto acadêmico, isso se reflete claramente na ausência de professores indígenas, na carência de conteúdos que valorizem suas culturas e na hostilidade cotidiana de colegas e servidores.

Diversos trabalhos acadêmicos e etnográficos têm sido realizados sobre o povo Xerente, muitos deles escritos por pesquisadores indígenas ou com sua colaboração direta. Brurêwa (2023) apresenta a análise dos impactos étnicos sócios territoriais nas aldeias do povo Akwê-Xerente, em consequência do cultivo de cana-de-açúcar no Município de Pedro Afonso-TO. Esse estudo mostra a resistência do povo Akwê diante das pressões externas e o esforço constante para manter viva sua cultura em meio às mudanças do mundo contemporâneo.

Suzawre Xerente (2017, p. 35) discute sobre o ingresso dos estudantes indígenas na Universidade e constata que a presença dos estudantes Akwê-Xerente na Universidade Federal do Tocantins representa não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a luta por reconhecimento, respeito e permanência. Para o autor, a formação acadêmica dos indígenas Akwê-Xerente ainda é um desafio constante, pois apesar das políticas afirmativas, muitos estudantes enfrentam preconceitos, dificuldades linguísticas e culturais, além da invisibilidade dentro dos espaços institucionais.

A discriminação racial gera sentimentos de desvalorização, perda de identidade, isolamento e sofrimento profundo. Além disso, o afastamento da família, da comunidade e das práticas espirituais tradicionais também contribui para o adoecimento psíquico (PEREIRA ET AL, 2021). Ao compartilhar saberes com meu povo e vivenciar nossa forma de estar no mundo, percebo que o cuidado com a saúde mental vai muito além dos modelos ocidentais. Está diretamente ligado à espiritualidade, aos rituais, à vida em comunidade e à conexão com a natureza, que são fundamentais para nosso equilíbrio e bem viver. No entanto, percebo também que essas práticas e saberes muitas vezes não são reconhecidos ou respeitados pelos serviços de saúde mental da sociedade não indígena, que ignoram nossas formas próprias de cuidar e compreender o mundo.

Diante disso, torna-se fundamental pensar em estratégias de enfrentamento à discriminação racial que valorizem a identidade cultural dos estudantes indígenas Xerentes, que promovam o acolhimento institucional e incentivem a escuta intercultural. Digo isso porque ela não funciona apenas como uma técnica, mas como uma forma de reconhecer que nós, estudantes indígenas, carregamos nossos próprios modos de falar e de sentir e que muitas vezes isso passa despercebido ou é mal interpretado dentro da universidade. Para nós, povos indígenas, sermos ouvidos envolve que nossa cultura seja considerada.

No caso dos estudantes Xerente, isso significa ir além de um atendimento rápido ou formal, precisamos da presença de alguém que realmente conheça nossa vida, como um ancião ou uma liderança da comunidade. Quando a universidade abre espaço para isso, ela permite que o estudante encontre alguém que fale sua língua de verdade, tanto no sentido linguístico quanto no sentido emocional e simbólico. Reconhecer essa necessidade é admitir que o cuidado passa pelos nossos saberes tradicionais e para isso, a universidade precisa aprender a conversar com esses outros modos de conhecer e de cuidar.

A seguir, apresentamos o caminho metodológico percorrido em nossa pesquisa.

2 CAMINHO METODOLOGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de campo, pois buscar compreender os estudantes indígenas Xerente a partir da maneira como constroem sua subjetividade nas relações do dia a dia dentro da universidade. Tal perspectiva entende o sujeito em constante movimento e transformação, de modo que as experiências vividas no contexto acadêmico adquirem sentidos próprios, marcados pelas dimensões simbólicas, emocionais, culturais e sociais que atravessam suas trajetórias (CHIZZOTTI, 2000; SEVERINO, 2007). A abordagem qualitativa possibilita captar esses significados, uma vez que trabalha com narrativas, percepções e experiências que não podem ser quantificadas, mas interpretadas a partir da leitura crítica dos participantes e do contexto em que estão inseridos (MINAYO, 2001).

Nosso estudo elegeu como campo a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Miracema, espaço onde estudo e se encontram outros estudantes do povo Xerente, que constituem o grupo central de participantes. A escolha por esse campo de investigação se justifica pela relação direta que eu como estudante indígena tenho com o ambiente universitário e pela relevância desse espaço para compreender como as vivências acadêmicas podem ser atravessadas por discriminações raciais, impactos emocionais e estratégias de resistência.

A pesquisa está vinculada ao macroprojeto da professora orientadora, intitulado *Políticas sociais, enfrentamento às violências e garantia de direitos*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFT sob o CAAE: 88182725.3.0000.5519, estando em conformidade com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e com o Código de Ética Profissional do Psicólogo. A coleta de dados foi feita a partir de encontros marcados previamente com os participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (anexo I).

Nossos instrumentos de pesquisa foram a roda de conversa e a entrevista semiestruturada. A opção pela roda de conversa não é apenas uma escolha metodológica, mas também uma escolha ética e política, pois se aproxima dos modos tradicionais de diálogo dos povos indígenas, valorizando o coletivo, a oralidade e o fortalecimento dos laços comunitários. Conforme explica Bartolomé (2002), metodologias que respeitam os modos de ser e de se comunicar dos povos indígenas são fundamentais para a produção de conhecimentos que não reproduzam práticas coloniais dentro da pesquisa acadêmica.

A roda de conversa contou com a participação de seis estudantes indígenas Xerente matriculados na UFT, sendo eles dos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e

Psicologia. A mobilização ocorreu por meio de um card (anexo II) divulgado no grupo de WhatsApp dos estudantes indígenas, além de convites realizados presencialmente no campus. A atividade aconteceu no dia 10 de novembro de 2025, em uma sala reservada na UFT, campus de Miracema, com duração aproximada de duas horas. No início do encontro fizemos a leitura do TCLE e reforçamos a construção de um espaço seguro, acolhedor e respeitoso, para que todos se sentissem confortáveis em compartilhar experiências, percepções, dores, resistências e estratégias de enfrentamento frente às situações de discriminação racial contra o povo xerente.

Para orientar a conversa e cumprir com os objetivos da pesquisa, utilizamos um conjunto de questões norteadoras, dispostas no anexo III, sobre as seguintes temáticas: ingresso e permanência na Universidade, experiências de discriminação racial e seus efeitos e estratégias de resistência frente à discriminação racial. A partir dessas questões, a roda se desenvolveu de maneira espontânea, favorecendo trocas profundas sobre discriminação racial, pertencimento, permanência e estratégias de resistência no contexto universitário.

Dando sequência a pesquisa, a entrevista semiestruturada (vide roteiro em anexo) foi realizada individualmente com um egresso da UFT, atualmente titulado como doutor, permitindo aprofundar aspectos da trajetória universitária que não emergiram na roda de conversa. A entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro previamente elaborado, mas permite certa liberdade tanto ao entrevistador quanto ao entrevistado, possibilitando aprofundamento dos temas emergentes no decorrer da conversa (Gil, 2008).

A escolha desse egresso para a entrevista semiestruturada foi por razões pessoais e contextuais que fortalecem sua relevância dentro da pesquisa. Além de ser o primeiro indígena Xerente a conquistar o título de doutor o que, por si só, o coloca como uma liderança intelectual e uma referência significativa para os estudantes do nosso povo, ele é também atualmente diretor da escola onde estudei durante minha formação básica; o que possibilitou a construção de um ambiente de confiança mútua, favorecendo uma comunicação mais aberta, sensível e profunda durante a entrevista. A entrevista aconteceu no dia 12 de novembro de 2025, em horário escolhido pelo próprio egresso, e foi realizada em sua residência, garantindo um ambiente de privacidade e conforto. O encontro teve duração aproximada de duas horas e meia. A entrevista possibilitou aprofundar aspectos singulares da trajetória acadêmica do egresso da UFT, incluindo vivências de racismo e estratégias pessoais de enfrentamento.

As falas de todos os participantes da pesquisa foram gravadas em áudio, com autorização, e depois transcritas na íntegra para a análise. Todo o material foi tratado com cuidado e responsabilidade, garantindo a confidencialidade e a preservação da identidade de cada participante. Criamos nomes fictícios Akwe para representá-los. As categorias de análise

foram construídas a partir das narrativas dos participantes, relacionando-as aos objetivos da pesquisa. A interpretação das falas foi realizada à luz de autores negros e indígenas, permitindo a valorização das experiências coletivas dos povos indígenas, possibilitando uma leitura crítica e decolonial sobre as vivências relatadas, conforme assinala Smith (2018). Esse processo interpretativo buscou compreender os sentidos atribuídos pelos próprios participantes, reconhecendo que cada narrativa está inserida em uma totalidade histórica, social e cultural que influencia profundamente suas formas de sentir, resistir e existir no espaço acadêmico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentamos os dados obtidos na roda de conversa e na entrevista com os participantes, organizados conforme as categorias de análise estabelecidas.

3.1 Da aldeia à universidade: possibilidades e desafios

A partir das narrativas dos participantes da pesquisa notamos que a chegada à universidade é marcada inicialmente por expectativas positivas e pelo desejo diante das possibilidades de aprendizado. Muitos destacaram o anseio por conhecimentos, acessar a novos saberes e a vivência de novas experiências, incluindo a relação com não indígenas. Foi destacado também a importância desse conhecimento e como isso gera na vida deles a autoconfiança. Esse movimento em direção ao ensino superior é percebido como uma conquista importante, pois representa tanto a busca por desenvolvimento individual quanto a intenção de trazer benefícios futuros para dentro da comunidade, conforme levantado na entrevista:

Terminei meu doutorado esse ano, defendi a minha tese no mês de maio, até aonde eu cheguei hoje, é vontade de vencer, vontade de avançar, vontade de querer ajudar a nossa comunidade, vontade de querer mostrar para o mundo que realmente vale a pena quando a gente estuda, e é uma forma da gente conquistar e conseguir nosso espaço no mundo não indígena (WAIKAKBUPRE 2025).

Esse ponto se assemelha ao que é mostrado no filme “Da Aldeia à Universidade”, um documentário que fala das experiências e conflitos culturais dos indígenas Srowasde Xerente e Krtadi Xerente ao saírem da aldeia em busca de formação universitária, o filme é dirigido por Leandro de Alcântara e Tulio de Melo, publicado na página SOMMOSAMAZONIA². O documentário retrata a importância do ingresso na universidade na vida dos dois jovens indígenas Xerente e como o conhecimento pode ser levado para a comunidade, assim como os desafios enfrentados ao longo de todo o percurso acadêmico. Tkadi descreve com sensibilidade as inúmeras dificuldades enfrentadas no contexto universitário, desde o estranhamento cultural até a dor profunda de deixar sua família e, sobretudo, seus filhos para poder estudar.

A minha maior dificuldade, é deixar a minha família aqui na aldeia e ficar distante deles estudando, e passar o maior tempo longe deles, fica muito difícil para mim dividir o tempo para ficar com a família e estudar, essa é minha maior dificuldade. Têm dias que fico refletindo; porque que eu fico aqui longe da família? Que eu tenho uma família que é mais importante, mais eu tenho que enfrentar tudo isso (ALCÂNTARA; MELO, 2025).

²<https://www.sommosamazonia.art.br/pt/filme/da-aldeia-a-universidade/>

Essa ruptura afetiva, somada às exigências acadêmicas e às barreiras estruturais, revela o peso emocional que marca a trajetória de estudantes indígenas no ensino superior. Tkadi destaca que cada aprendizado, cada conteúdo novo e cada experiência vivida fortalecem seu propósito de retornar esse conhecimento à sua comunidade. Assim, mesmo atravessada pela saudade e pelas barreiras estruturais que tornam sua trajetória mais árdua, ela mantém viva a alegria e o sentido da caminhada, consciente de que sua presença na universidade abre caminhos para as próximas gerações indígenas. Tkadi afirma que, embora enfrente inúmeras dificuldades ao longo do percurso universitário, estudar e concluir o curso constituem seu maior sonho. Ela relata que deseja “ser alguma coisa”, adquirir conhecimento e levar esse saber de volta para sua comunidade, compartilhando-o com seu povo. Ela explica que seu desejo de estudar também surge da intenção de garantir às suas filhas um futuro diferente daquele que ela vivenciou, marcado por dificuldades e renúncias. Para Tkadi, visualizar-se “lá na frente”, no momento da formatura, é a materialização do sonho que a impulsiona a enfrentar cada obstáculo.

O filme reforça a percepção de que o ambiente universitário, apesar dos desafios, pode se tornar um espaço de fortalecimento de redes de apoio e de novas sociabilidades. Essa dimensão aparece também em nossa pesquisa no relato de João, um dos participantes da roda de conversa, ao afirmar: “Às vezes eu penso, não estou indo lá só para estudar, eu vou para conhecer pessoas novas e ter amigos”. A fala de João, evidencia que a universidade também é um espaço de construção de vínculos e que essas relações podem exercer papel fundamental na permanência acadêmica.

Junto às possibilidades de ingressar na universidade, aparecem também desafios profundos. É importante destacar a dificuldade emocional que nós estudantes indígenas enfrentamos ao sairmos de nossas aldeias e deixarmos o convívio com a família. Esse desafio é ainda mais difícil para as mulheres indígenas que precisam muitas vezes deixar seus filhos e se afastar do contexto cultural que constitui o espaço primário de pertencimento. Isso está bem retratado na fala de TKADI, conforme já citado.

Lopes (2015) destaca que o caminho das mulheres indígenas até a universidade costuma ser atravessado por pressões que não recaem da mesma forma sobre os homens. Em muitos casos as jovens indígenas costumam se casar e terem filhos em um período que geralmente coincide com a conclusão dos estudos escolares. O autor mostra que algumas mulheres que optam por não se casar para seguir a vida universitária, acabam muitas vezes sendo vistas com estranhamento pelas mulheres mais velhas.

Os participantes da roda de conversa, assim como o entrevistado, relataram sentimentos

de estranhamento, insegurança e solidão ao se verem inseridos em uma rotina urbana e acadêmica distante de sua realidade cotidiana. Esses elementos se articulam com o que aparece no filme da aldeia a universidade, quando estudantes afirmam que o trajeto até a universidade é permeado por medo, vulnerabilidade e incertezas, reforçando a ideia de que a chegada ao ensino superior envolve não apenas deslocamento geográfico, mas também um processo de transição identitária. Esse deslocamento é representado com força no citado documentário, no qual os estudantes afirmam: “É um desafio que faz a gente chorar muitas vezes na estrada (...), é um sofrimento guardado só para mim” (ALCÂNTARA; MELO, 2025). Conforme se observa, o processo de permanência indígena na universidade é marcado por aspectos psíquicos profundos, muitas vezes invisibilizados pelas instituições.

Do ponto de vista teórico, tal sofrimento se relaciona ao que afirma Baniwa (2006) sobre o impacto da ruptura com o território e a comunidade, deixar a aldeia significa afastar-se de elementos fundamentais da identidade, o que pode gerar desestabilização emocional. Baniwa (2006, p. 18) afirma que:

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobre maneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional. No início do contato, apesar de serem uma maioria local adaptada culturalmente ao meio em que habitavam, não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos. (BANIWA 2006, p.18).

Essa interpretação se aproxima do que discute Munanga (1999; 2004) ao analisar a forma como a sociedade brasileira construiu um ideal de integração pautado na figura do “indivíduo universal”. Segundo o autor, esse modelo, embora se apresente como igualitário e contrário ao racismo, acaba exigindo que grupos minoritários, entre eles os povos indígenas, deixem de lado suas referências próprias para se moldarem a uma identidade nacional única. Em vez de enfrentar o racismo estrutural, esse tipo de antirracismo acaba enfraquecendo as identidades étnicas, porque apaga as diferenças em nome de uma suposta unidade.

É o chamado integracionismo fundamentado. Conseqüentemente, no indivíduo “universal”. Esse anti-racismo, colocado em benefício da identidade nacional na qual deveriam ser integrados os membros dos grupos minorizados, contribui na desconstrução da identidade étnica. Por isso, em situação de resistência cultural por parte dos segmentos dominados e inferiorizados, a elite dominante defensora da unidade étnica do país, coerente com sua proposta e por falta de melhores alternativas, recupe ra inteligentemente os conteúdos dessa resistência nos compo nentes simbólicos da identidade nacional, tornando-os peças importantes do sincretismo recuperador da unidade não rea lizada pelo processo de branqueamentos. (MUNANGA, 1999 p.115-116).

Assim, a passagem da aldeia para a universidade revela-se um processo complexo, composto por oportunidades enriquecedoras, mas também por desafios que impactam diretamente a trajetória acadêmica e emocional dos estudantes indígenas. As narrativas, tanto da roda de conversa quanto do documentário e entrevista mostram que permanecer na universidade implica negociar constantemente pertença, identidade e resistência; o que confirma a relevância de políticas de acolhimento sensíveis às especificidades dos povos indígenas.

Na categoria subsequente discutiremos como essa permanência na universidade é atravessada pela discriminação racial e de que forma ela se materializa.

3.2 Negar nossas histórias e capacidades são formas de nos discriminar

Um ponto que se destaca nesta categoria é o incômodo demonstrado por colegas e professores quando os estudantes indígenas Akwẽ se comunicam em sua própria língua dentro da universidade. Esse incômodo, muitas vezes expresso em olhares, comentários ou tentativas de interrupção, revela uma forma de discriminação linguística, que deslegitima a identidade e o modo de existir dos estudantes. Como relata um dos participantes:

já aconteceu comigo, principalmente da questão de comunicação na nossa língua materna, Akwe. Entre nós Akwe, a gente se comunica da forma que facilita para nós. E dentro da universidade a gente sofre com isso, muitas vezes colegas do curso, não querem que a gente se comunique entre nós mesmo Akwe na nossa língua Akwe. E isso, com certeza, já é um ato de discriminação. Então, eu já presenciei, e eu já senti como é, e isso é muito triste a gente senti na pele (SREWASA 2025).

Outro estudante relatou que ao se comunicar em língua Akwe com outro colega foi repreendido por colegas não indígenas que exigiram que falassem apenas português porque não entendiam e não sabiam se estavam falando mal deles. Além disso, práticas semelhantes foram observadas também com estudantes de outras etnias. Como descreve um dos participantes da roda de conversa:

Eu também já presenciei na sala de aula com colegas indígenas de outra etnia, que estavam se comunicando na língua deles em um dia de seminário e a professora perguntou pra eles, o que vocês estão conversando? Eles ficaram se olhando e não falaram nada, e a professora falou assim: Essa foi a última vez que vocês conversaram em língua na minha aula, porque eu não compreendo, e da próxima vez vocês não vão conversar mais, porque eu tenho receio que vocês possam está passando respostas (KETI 2025).

O fato dessa repressão ter vindo de uma professora torna tudo ainda mais difícil de lidar, justamente por ser alguém que deveria apoiar, orientar e criar um ambiente acolhedor, ouvir esse tipo de comentário machuca de um jeito diferente. Quando a censura parte de uma figura

de autoridade, nós estudantes indígenas não sentimos apenas que uma pessoa não gostou da situação, mas que a própria universidade está dizendo que nossa forma de falar não é bem-vinda ali.

Essas experiências cotidianas relatadas encontram eco teórico no que o autor Nascimento (2019, p.10) conceitua como racismo linguístico:

O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. O fato da maioria dos brasileiros (ou seja, as pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística tem razão de ser diretamente implicada por políticas linguísticas impostas para populações afro-brasileiras e indígenas. (NASCIMENTO, p.10, 2019)

Isso significa que impedir ou deslegitimar o uso da língua Akwe Xerente dentro da universidade não é um simples conflito de convivência, mas parte de um processo estrutural de apagamento cultural e simbólico, que tenta impor a norma linguística hegemônica como única forma legítima de existir e se expressar. Baniwa (2006) reforça a gravidade desse tipo de violência ao afirmar que:

A diversidade linguística é extremamente relevante para a diversidade cultural, na medida em que significa não só variedade de tradições culturais e de desenvolvimento histórico dos povos, mas também diversidade humana na elaboração de conceitos sobre as relações dos homens entre si e com a natureza, refletindo experiências milenares distintas do Ocidente europeu (BANIWA, 2006, p.122).

As experiências contadas na roda de conversa e entrevista apontam que a discriminação racial vivenciada pelos estudantes indígenas na universidade acontece muitas vezes, por meio da negação de suas histórias, saberes e por desacreditarem de suas capacidades. Negar as histórias, os modos de existência e as capacidades de um povo é uma forma profunda de discriminação. Para nós, povos indígenas, essa negação não se expressa apenas em ofensas explícitas, mas aparece também nas sutilezas, nos comentários que deslegitimam nossa inteligência, nas instituições que não reconhecem nossas epistemologias e nas práticas cotidianas que insistem em nos colocar em um lugar de inferioridade. Quando a sociedade, e especialmente a universidade, ignora nossas narrativas, desconsidera nossas línguas e questiona nossa presença, ela reafirma um padrão histórico de silenciamento e violência simbólica (MUNANGA, 2004; BANIWA, 2006).

A maioria dos participantes da roda de conversa, o egresso que participou da entrevista e outros egressos indígenas Xerente, na relação pessoal com a pesquisadora, relataram que escutam comentários que colocam dúvida à capacidade intelectual dos indígenas, como relata, uma das participantes da roda de conversa:

No primeiro dia na universidade em uma disciplina o professor perguntava o que esperava do curso e qual as expectativas, eu respondi que o que eu mais desejava era finalizar o curso da melhor forma e sair formada com o diploma na mão, aí esse professor me olhou e falou assim: Assim eu espero, espero poder te ver lá, então a gente consegue ver essa dúvida dos professores, dúvida da capacidade e das potencialidades nossa. Eles poderiam nos motivar e incentivar, mas não, eles muitas vezes fazem com que os alunos sintam medo.(HIREKI 2025)

Vale destacar que o mesmo aconteceu até com o egresso entrevistado em nosso estudo, com título de doutor, quando cursava a pós-graduação:

Uma experiência também que eu tive foi quando eu fiz mestrado na UNB; eu fui fazer uma pesquisa na biblioteca, e a biblioteca é muito grande, então quem tá chegando tem que tá perguntando, pedindo orientação. Como eu não conhecia, pedi ajuda para uma funcionária que atendia lá, falei que queria um livro; ela olhou assim pra mim, e perguntou; você é indígena né? e falou assim; é porque que todo indígena que vem por aqui tem dificuldade de ter o acesso. Então acho assim, se ela já sabia que eu era indígena por que fez essa pergunta? por que não me ajudou antes de fazer essa pergunta? já que sabia que eu era indígena, primeiro poderia ter me ajudado. Então fui embora, não quis mais proceder o que eu tinha ido fazer ali (WAIKANÕSE 2025).

Essas falas revelam um processo contínuo de deslegitimação da identidade indígena, que atua como forma de discriminação racial. Esse tipo de microagressão reforça estereótipos históricos que, como destaca Baniwa (2006), fazem parte de um processo de colonização que busca desqualificar epistemologias indígenas, classificando-as como inferiores ou não científicas.

Se reconhecemos hoje, em textos de caráter primordialmente programático e em tom de crítica, que a realidade da vida social nos Estados contemporâneos é a das diferenças socioculturais – ainda que estas se dêem em planos cognitivos muito distintos e em escalas tam bém variadas de lugar para lugar – e que é preciso fazer do conflito de posições a matéria de um outro dia-a-dia, tenso e instável mas rico em vida e em possibilidades para um novo fazer escolar, na prática, esta mos muito longe de “amar as divergências” e de construir as aproximações provisórias possíveis entre mundos simbólicos apartados. Que f ique claro: não é apenas uma espécie de mea culpa bem-intencionada e posturas simpáticas e pueris que porão termo a práticas geradas por estruturas de dominação colonial de longo prazo, de produção da de sigualdade a partir das diferenças socioculturais, estas consideradas como signo de inferioridade (BANIWA, 2006, p.13-14).

Para o autor, negar a história e os saberes tradicionais é negar a própria humanidade e a contribuição dos povos indígenas para a construção do país. Essa deslegitimação aparece claramente quando estudantes relatam que seus conhecimentos comunitários e experiências de vida não são reconhecidos como válidos dentro da lógica acadêmica eurocentrada. Como afirma um dos estudantes da roda de conversa:

Inclusão com a equidade em relação a nos estudantes indígenas, a universidade em si pretende nos ensinar, mais e nossos saberes? Os nossos saberes indígenas? Acredito que poderia ser viabilizado nesse sentido porque é de uma grande valia em relação a isso, eu penso que nós estudante indígenas somos um poço de conhecimento para os

não indígenas, mais os nossos saberes são deixados para traz (SEKWAHI 2025).

Tais relatos reforçam a ideia de que estudantes indígenas não possuem capacidade própria, como se seu desempenho fosse sempre inferior ou suspeito. Munanga (2004) explica que esse tipo de narrativa opera como um mecanismo de reprodução do racismo, pois constrói hierarquias entre grupos sociais, desvalorizando identidades indígenas e reforçando uma lógica de inferiorização.

Outro aspecto recorrente foram comentários aparentemente como elogios, mas carregados de estereótipos e expectativas reduzidas sobre a capacidade intelectual indígena. Expressões como: “Nossa, eu nunca vi uma indígena tão inteligente como você” revelam um racismo sutil, pois pressupõem que a inteligência não é característica associada aos povos indígenas, reforçando a lógica de inferiorização que atravessa suas trajetórias no ambiente universitário.

Minha própria experiência confirma a persistência dessa violência simbólica na universidade. Recordo que ao receber uma prova a professora me chamou na frente de toda a turma e perguntou: “Sua nota foi baixa porque você não entende a língua? Ou é porque não compreende “a nossa língua?” ou se eu precisava de uma prova especial adaptada para minha compreensão. Naquele instante, senti meu corpo paralisar, fiquei gelada, envergonhada e sem reação. Eu não acreditava que aquela pergunta estava vindo de uma professora universitária. Pensei em desistir, foi uma violência linguística que atravessou minha identidade e minha autoestima. No entanto, minha vontade de vencer foi maior que qualquer expressão de racismo. Resistir se tornou meu compromisso: comigo, com minha família, e com o meu povo. E hoje estou aqui escrevendo minha pesquisa de conclusão de curso como prova de que nossos passos vêm de longe e carregam a força dos nossos ancestrais.

Essa experiência também dialoga com reflexões presentes na obra “A resistência indígena e o processo de aprendizagem bilíngue e intercultural no ensino da língua Akwẽ-Xerente”, de autoria de Kanõkrã Xerente (2024). O autor mostra que a língua Akwẽ não é apenas um sistema de comunicação, mas um marcador identitário fundamental, profundamente ligado aos modos de existir, conhecer e resistir dos Akwẽ-Xerente. Segundo o autor, a manutenção do uso da língua nativa e a presença das marcas culturais como as pinturas tradicionais e outras expressões identitárias nos diferentes espaços institucionais configuram-se como importantes atos de resistência. Ele afirma que, em muitos casos, a sociedade brasileira, seja de modo consciente ou não, expressa práticas que tendem a silenciar ou a deslegitimar as línguas indígenas, revelando uma tentativa histórica de apagar os costumes e modos de ser dos povos originários.

Desse modo, a negação das histórias e capacidades dos acadêmicos indígenas se revela como uma forma de discriminação estrutural, que ultrapassa o âmbito individual e se manifesta como uma prática institucionalizada. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, o acolhimento e a valorização identitária dos estudantes Xerente no ensino superior.

Assim, reconhecer a centralidade da língua e das expressões culturais na trajetória dos estudantes indígenas permite compreender com maior profundidade os desafios que enfrentam dentro da universidade. Esses desafios não se limitam ao campo cultural, mas se refletem de forma direta em vivências de discriminação, cujos efeitos serão discutidos na próxima categoria: Os efeitos da discriminação racial.

3.3 Os efeitos da discriminação racial na vida dos estudantes Xerente

Falar sobre os efeitos da discriminação racial vivida na universidade não é apenas apresentar dados; é também falar de cicatrizes, de feridas que se abrem repetidamente e que, muitas vezes, nós enquanto estudantes indígenas carregamos em silêncio. Durante a roda de conversa, ouvi relatos que atravessaram profundamente não só a pesquisa, mas também a mim mesma, enquanto mulher indígena que percorre esses mesmos corredores e enfrenta tensões semelhantes.

As falas dos participantes da roda de conversa revelam que a discriminação racial vivenciada na universidade não se limita a episódios frequentes, mas produz efeitos prolongados na vida, especialmente sentimentos de isolamento, tristeza intensa e insegurança acadêmica. Muitos relataram na roda de conversa, episódios de choro, retraimento social e sensação de não pertencimento. Como afirma um dos participantes da roda de conversa:

já aconteceu comigo, principalmente da questão de comunicação na nossa língua materna, Akwe. Entre nós Akwe, a gente se comunica da forma que facilita para nós. E dentro da universidade a gente sofre com isso, muitas vezes colegas do curso, não querem que a gente se comunique entre nós mesmo Akwe na nossa língua Akwe. E isso, com certeza, já é um ato de discriminação. Então, eu já presenciei, e eu já senti como é, e isso é muito triste a gente senti na pele (SREWASA 2025).

A discriminação linguística, conforme Baniwa (2006), produz sofrimento, como podemos perceber no relato acima de Srewasa. Ademais, outro participante da roda de conversa, reforçou que o racismo vivido no cotidiano universitário “gerou sofrimento, vontade de desistir, vontade de não ir mais na aula, não querer ir mais na universidade”, evidenciando o alto custo emocional dessas experiências.

Nesse mesmo contexto, esse sofrimento também aparece, por exemplo, no relato do egresso entrevistado, que se sentiu profundamente humilhado após ser ridicularizado por colegas por utilizar, durante uma apresentação, uma palavra que refletia a estrutura da língua Akwe. Ele descreve que, desde esse episódio, “o cérebro travou” sempre que tentava falar português em público ele sentia medo, por carregar esse sentimento que o acompanhou por anos e quase o levou a desistir de estudar.

Outro ponto que, para mim, apareceu com força foi o impacto emocional causado pela violência direta de professores. Um dos relatos mais graves foi trazido por uma estudante que presenciou uma colega indígena sendo humilhada pela docente.

Eu presenciei um caso de discriminação na minha turma com uma colega indígena. Quando cheguei na sala, ela estava no canto chorando muito. Perguntei o que tinha acontecido, e ela disse que a professora tinha falado muita besteira pra ela, chamou de burra e falou que ela deveria voltar pra aldeia já que não entendia nada. Aquilo mexeu muito comigo. Até hoje eu me lembro como se fosse hoje. Ela desmoronou. A sala estava cheia e nenhum colega teve coragem de falar nada. Acho que todo mundo sentiu a mesma coisa. Essa colega acabou desistindo do curso por causa dessa professora, que era muito ruim (BRUPAHI 2025).

Esse tipo de violência, que humilha, deslegitima e coloca o estudante indígena no lugar de inferioridade, tem poder para romper subjetividades e produzir um sofrimento profundo que, muitas vezes, se transforma em abandono do curso, como ocorreu com essa colega. Esses relatos revelam que a discriminação racial não apenas produz dor, mas marca corpos, memórias e percursos acadêmicos.

Martins (2025) também apresenta outros fatores que contribuem muitas vezes com a desistência de alunos cotistas. Como por exemplo, a falta de recursos financeiros e as dificuldades de adaptação a um ambiente cultural completamente diferente, e até mesmo o estranhamento diante de conteúdos distantes da realidade escolar anterior acabam se acumulando. Esse conjunto de fatores fragiliza a permanência e ajuda a explicar por que tantos estudantes, dentre eles os indígenas, não conseguem chegar ao final do curso.

Vale destacar que o isolamento, choro, adoecimento emocional e retraimento social produzido pela discriminação racial não são eventos isolados, mas consequência direta de estruturas raciais que operam dentro da universidade. Munanga (2004) lembra que esse processo produz “feridas psíquicas profundas”, que se intensificam quando o sujeito é obrigado a viver em um espaço que o questiona constantemente. Os episódios de racismo nem sempre são reconhecidos institucionalmente, o que produz o que Sueli Carneiro (2011) denomina de racismo institucional, uma forma de violência que se manifesta pela omissão, invisibilização e naturalização do sofrimento racial.

Embora os participantes da pesquisa tenham relatado um sofrimento grande, algo apareceu de modo recorrente nas falas que ouvi: “mesmo diante dessas violências, nós estudantes indígenas não desistimos facilmente”. Há uma força que sustenta, que impulsiona e que se transforma em ação coletiva, em afirmação identitária, em continuidade mesmo quando tudo parece dizer o contrário. É a partir desse movimento que emergiu, com muita clareza, a próxima categoria: “Nossa cultura é uma forma de resistência”.

3.4 Nossa cultura é uma forma de resistência

Apesar das dificuldades enfrentadas, percebo tanto pela minha experiência quanto pelos relatos dos participantes que a cultura Xerente e as práticas comunitárias têm funcionado como importantes estratégias de resistência e fortalecimento emocional dentro da universidade. Muitos estudantes apontaram que encontram força ao se conectar com suas tradições, com a espiritualidade e com a memória da aldeia. Um dos participantes expressou algo que também reconheço em minha vivência: “Quando estou abalado, eu lembro de quem eu sou, lembro da minha aldeia, isso me dá coragem para continuar”. Essa compreensão da resistência aparece com força nos relatos, evidenciando que, mesmo diante das violências simbólicas e emocionais do ambiente universitário, o pertencimento cultural atua como um mecanismo de defesa. Como destacou um dos estudantes da roda de conversa:

Resistência, o indígena em si passa por várias provas e ele usa esse mecanismo de defesa, se torna cada vez mais resistente, usa isso a favor dele, e é isso que eu também tenho usado. E por mais que a gente sinta essa sensação de impotência, esse sentimento de inferioridade, esse sentimento de lixo, e nos abala um pouco, mas usamos a resistência, porque não é pra qualquer um estar aqui. É com base nisso que nos faz cada vez mais fortes e nascer todo dia (SINÁ, 2025).

Na perspectiva de Baniwa (2006), a reafirmação da identidade coletiva e do vínculo com o território funciona como um eixo estruturante da saúde mental, especialmente em contextos de deslocamento e discriminação. Para ele, a ruptura com o território e com a comunidade pode gerar um processo de desestabilização emocional, por isso, manter laços espirituais e culturais com a aldeia é fundamental para sustentar o equilíbrio subjetivo e o sentimento de continuidade histórica.

Os povos indígenas estabelecem um vínculo estreito e profundo com a terra, de forma que o problema inerente a ela não se resolve apenas com o aproveitamento do solo agrário, mas também no sentido de territorialidade. Para eles, o território é o habitat onde viveram e vivem os antepassados. O território está ligado às suas manifestações culturais e às tradições, às relações familiares e sociais (BANIWA, 2006, p.101).

Além disso, o acolhimento entre indígenas seja da mesma etnia ou de etnias diferentes aparece como um dos principais fatores de proteção emocional. Em diversos momentos, também me senti fortalecida ao compartilhar conversas, rodas de apoio e espaços de convivência com outros estudantes indígenas, que funcionam como um amparo coletivo diante do racismo e do isolamento. Como destaca Krenak (2019), resistir é também recordar: é situar-se na ancestralidade, ativando memórias que afirmam a existência e contrariam o apagamento imposto pelo colonialismo.

Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 9)

Essa dimensão aparece nos relatos dos estudantes, que frequentemente acionam elementos da cultura Xerente como a espiritualidade, a língua e as práticas coletivas como fontes de coragem, sentido e reafirmação identitária.

Outro ponto destacado pelos participantes da roda de conversa foi o acolhimento institucional quando ele ocorre, ainda que de maneira limitada.

Então, a universidade em si, tem que pensar em proporcionar mais abertura, dar voz a nós indígenas, e tem que trabalhar muito a respeito desse olhar, do acolhimento, tem que trazer mais novas possibilidades, então eu acredito que ela está melhorando ao longo do tempo (SSUITI 2025).

Professores sensíveis, projetos específicos ou profissionais que demonstram compreensão do contexto indígena exercem papel relevante nesse processo. No entanto, tanto eu quanto outros estudantes percebemos que esse acolhimento ainda é insuficiente e pouco estruturado, o que reforça a necessidade de políticas institucionais mais consistentes.

Nesse cenário, a Psicologia, especialmente por meio das diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2024), apresenta contribuições fundamentais relacionadas ao acolhimento, à escuta qualificada e ao enfrentamento do racismo. Documentos como “Relações Raciais e Psicologia e Referências Técnicas para Atuação com Povos Indígenas” ressaltam a importância de práticas que: considerem a dimensão cultural e comunitária da saúde mental indígena, compreendam a dimensão cultural e comunitária da saúde mental indígena, ofereçam espaços de acolhimento sem julgamentos, valorizem o pertencimento étnico e a identidade indígena e reconheçam os impactos da colonialidade na subjetividade.

A entrevista com o egresso waikanõse ouvido nesta pesquisa, reforça essa perspectiva ao destacar que o acolhimento psicológico deve ser construído a partir da realidade cultural

indígena, levando em conta o território, a espiritualidade, os rituais e as formas próprias de expressão emocional. Ele enfatiza que a Psicologia não pode reproduzir práticas coloniais, mas sim atuar como facilitadora da resistência identitária e do fortalecimento subjetivo. Ele deixa claro na fala dele, que isso é o que entendemos como bem viver, existir sem abrir mão de quem somos, cultivar o que fortalece nosso espírito e manter viva a ligação com nossa comunidade e com nossos ancestrais. Bem viver, para nós, não é um conceito abstrato; é sentir que estamos alinhados com aquilo que sustenta nossa identidade e nossa alegria de viver.

Dessa forma, compreendo que a cultura, a comunidade e o acolhimento tanto entre nós estudantes indígenas, quanto no interior da própria universidade, constituem formas potentes de resistência ao racismo. Esses elementos não apenas reduzem seus efeitos, mas também fortalecem nossa saúde mental e nossa permanência acadêmica. Nesse processo, a Psicologia tem papel central ao promover um cuidado sensível, acolhedor e verdadeiramente antirracista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, percebo que ele não é apenas uma pesquisa acadêmica, mas também um movimento de fala, memória e resistência. Reunir as histórias, dores e forças dos estudantes indígenas Xerente e a minha foi um processo profundo, que me fez enxergar ainda mais claramente que a universidade precisa assumir uma responsabilidade real diante das violências que atravessam nossos corpos e nossas trajetórias. Os dados que levantei mostram que o racismo contra estudantes do povo Xerente não é algo pontual; ele aparece de forma direta, silenciosa e, muitas vezes, naturalizada no cotidiano acadêmico e esse racismo produz sofrimento psíquico, cansaço, insegurança e um sentimento constante de deslocamento.

Ocorre que realizar a presente pesquisa também mostra outra face: mesmo feridos, seguimos resistindo. A cultura Xerente, nossa espiritualidade, a lembrança da aldeia e o vínculo com nossa comunidade têm sido as maiores fontes de força para continuar. A universidade precisa reconhecer que essa resistência não deveria ser usada como justificativa para nos deixar enfrentar sozinhos aquilo que é produzido por sua própria estrutura.

A partir de tudo o que este estudo revelou, a partir do meu olhar e dos demais indígenas que participaram dessa pesquisa, a universidade pode e deve transformar esses dados em ação. Pode criar políticas de acolhimento específicas para estudantes indígenas, garantir espaços de escuta qualificada, formar servidores e docentes para lidar com a temática do racismo contra povos originários, fortalecer núcleos e coletivos indígenas dentro do campus e, principalmente, reconhecer que nossa presença não é “cota”, não é exceção: é direito. Esses dados também apontam para a necessidade de ampliar suporte psicológico culturalmente sensível, investir em iniciativas que protejam nossas línguas e saberes, e criar ambientes onde possamos existir sem ter que provar nossa humanidade todos os dias.

Encerrar esta pesquisa não significa fechar o assunto. Pelo contrário, é um convite para que a universidade olhe para si mesma e compreenda que, para nós, permanecer no ensino superior é um ato de coragem diária. Minha esperança é que este trabalho contribua para que futuras gerações de estudantes indígenas encontrem caminhos mais leves, mais respeitosos e menos atravessados pelo sofrimento que tantos de nós já carregamos. Que a universidade entenda que a transformação começa escutando e acreditando nas vozes que ela mesma tentou silenciar por tanto tempo.

Assim, finalizo reafirmando que resistimos porque temos raízes. E que, a partir dos dados apresentados, a universidade também pode aprender a criar novas raízes: raízes de compromisso, responsabilidade e mudança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Revista de Antropologia** (MANA), São Paulo, v. 45, n. 1, p. 195–231, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 03 jun. 2025.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECADI, 2006. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol12indio.pdf?utm_source
Acesso em: 19 nov 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRURÊWA, R. D. **Impactos étnicos sócio territoriais nas aldeias do povo Akwê-Xerente, em consequência do cultivo de cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso – TO**.

2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural) — Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Disponível em : https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap9-24/p9-24_Cunha_Introducao_a_uma_historia_indigena.pdf Acesso em: 06 jun 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) junto aos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: CFP/CREPOP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/crepop_indigenas_revisada_2024_2ed.pdf?utm_source

Acesso em: 22 nov 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://annas-archive.org/>. Acesso em: 28 nov. 2025

LOPES, Alessandro Barbosa. **Indígenas em universidades públicas do Rio Grande do Sul: uma perspectiva etnográfica**. 2015. Disponível em:

https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/ri/2836?show=full&utm_source Acesso em: 01 Dez.2025

MARTINS, Roberto Monteiro. **Trajetória dos alunos cotistas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Miracema: uma análise após a**

implementação da Lei 12.711/2012. 2025. 112 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/8048> Acesso em: 11 nov. 2025

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PAULA, Luís Roberto de. Xerente. In: **Programa Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xerente> Acesso: 02 dez.2025.

PEREIRA, Marcos José de Aquino et al. **Coletivos e estudantes/pesquisadores(as) indígenas aldeando a Universidade Federal de São Carlos.** Revista Ñanduty, v. 12, n. 19, p. 12–37, jul. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SMITH, L. T.. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Trad. Barbosa, Roberto G... . Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SUZAURE XERENTE. **O ingresso dos estudantes indígenas Akwê-Xerente na Universidade Federal do Tocantins:** desafios e perspectivas. 2017. Monografia (Licenciatura Intercultural) — Universidade Federal do Tocantins, Tocantínia, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2618> Acesso em: 06 jun 2025. SMITH, Linda Tuhiwai.

TERENA, Luiz Eloy. **Direitos indígenas e racismo institucional:** desafios e perspectivas na atualidade. Brasília: APIB, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011.** Palmas, 2007. 119 p. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/PYVDVSCUSISGaLyVj6aonQ/content/pdi%202007-2011.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015.** Palmas, 2010. 96 p. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/AHwn7-ybRwu2sVjZMeprSg>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão de 2023.** Palmas, 2024. 157 p. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/S8FJYZGmQPStzxJKGjGyIg>. Acesso em: 27 abr. 2025.

XERENTE, Gustavo Kanokrã. **A resistência indígena e o processo de aprendizagem esso de aprendizagem bilíngue e intercultural no ensino da língua AKWE-XERENTE.** 2022. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciado em Letras – Língua Inglesa e Literaturas, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

APENDICE

APENDICE I – Convite para roda de conversa



Convite para Roda de Conversa

TEMA: A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA O POVO XERENTE DENTRO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

LOCAL: SALA DO PRONERA NO BLOCO ADMINISTRATIVO

DATA: 10/11/2025

HORÁRIO: 13H00MIN

✨ Todos os estudantes Akwẽ Xerente estão convidados a participar da roda de conversa que integra uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Psicologia. O encontro será um espaço de diálogo para compartilhar experiências, refletir sobre a discriminação racial no ambiente universitário e discutir estratégias de enfrentamento e fortalecimento coletivo.

 Pesquisadora: Sandra Jaqueline Gomes da Silva Xerente
 Curso de Psicologia – UFT

APENDICE II – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Discriminação racial contra o povo Xerente dentro da universidade pública

Macroprojeto: Políticas sociais, enfrentamento à violência e garantia de direitos

Pesquisadora responsável: Dra. Juliana Biazze Feitosa

Equipe de pesquisa: Sandra Jaqueline Gomes da Silva Xerente

Telefone: (45) 99942-8785 – Pesquisadora Responsável (63) 98410-6143– Equipe de Pesquisa.

Convidamos o (a) senhor (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: **Discriminação racial contra o povo Xerente dentro da universidade pública**, que faz parte do macroprojeto de pesquisa intitulado: Políticas sociais, enfrentamento à violência e garantia de direitos, coordenada pela Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, vinculada à Universidade Federal do Tocantins - Campus Miracema - Curso de Psicologia. O objetivo da pesquisa é Analisar de que forma a discriminação racial contra indígenas xerente dentro da universidade impacta na saúde mental dos mesmos.

A relevância desta pesquisa se fundamenta na importância de compreender como as experiências de discriminação racial impactam a saúde mental dos estudantes indígenas do povo Xerente dentro da universidade. Além disso, o estudo contribui para dar visibilidade às vozes indígenas, mostrando as formas de resistência e as estratégias de enfrentamento utilizadas frente ao racismo.

Informamos que o projeto da referida pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 69737323.3.0000.5519. Conforme a Resolução CNS Nº 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Será muito importante a sua participação na pesquisa pelos motivos expostos e essa se dará por meio de roda de conversa e entrevistas.

Sua participação é totalmente voluntária, o que possibilita a recusa em participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, será respeitado o sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia e todas as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde que tratam das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais (RESOLUÇÃO No 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 e RESOLUÇÃO No 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016).

Esclarecemos que os participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros. As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O material resultante da gravação da entrevista e a sua transcrição será guardado em local seguro, de acesso apenas ao entrevistador e/ou pesquisador responsável. Apesar de todo o rigor descrito, cabe-nos informar que a participação na pesquisa envolve alguns riscos, a saber:

1. O participante pode se sensibilizar ao relatar situações de discriminação racial e dificuldade para acessar os direitos sociais.
2. Durante a realização da entrevista o participante da pesquisa pode apresentar desconforto ao expor sua história e experiência, desencadeando memórias negativas, medo, vergonha, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados, sendo respeitados os limites impostos pelo participante da pesquisa.

A fim de minimizar os riscos citados, as entrevistas serão realizadas de forma acolhedora, amparando-se nos pressupostos da ciência psicológica, que tem como expertise o manejo do sofrimento psíquico, colaborando para a ressignificação das condições e do projeto de vida, a partir do acolhimento incondicional e das demais práticas de cuidado. O participante da pesquisa terá total apoio da equipe de pesquisadores e caso algum risco se materialize a pesquisadora responsável fará atendimentos psicológicos com o participante e se a situação persistir por um período maior realizará os encaminhamentos para os serviços de saúde que o caso requeira. Em caso de sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, o participante terá direito à indenização. Visando a segurança e confidencialidade dos dados, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os benefícios desta pesquisa para você e a sociedade como um todo serão a produção de conhecimentos para qualificar a execução das políticas públicas e com isso, abre a possibilidade de melhoria das condições de vida da população. Concluída a pesquisa, o participante tem a garantia de acesso aos resultados, sendo tarefa das pesquisadoras encaminhá-los.

As pesquisadoras estarão à disposição para tirar dúvidas quanto aos procedimentos envolvidos na pesquisa. Este termo deverá ser preenchido manualmente em duas vias de igual teor e assinado pelas partes, sendo uma via entregue a você e a outra ficará de posse do pesquisador. Destacamos que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Reforçamos que o (a) senhor (a) não pagará e nem receberá pela participação no estudo.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar voluntariamente da pesquisa coordenada pela professora Dra. Juliana Biazze Feitosa,

Assinatura do entrevistado(a)

Data: ____/____/____

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

Assinatura do pesquisador e RG

Data: ____/____/____

Qualquer dúvida com relação à pesquisa será esclarecida com a pesquisadora: Nome: Juliana Biazze Feitosa, no endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, Cep: 77650-000. Telefone/e-mail: (45) 99942-8785, Juliana.biazze@mail.uft.edu.br. Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa Será esclarecida com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, no endereço abaixo: ALMOXARIFADO CÂMPUS DE PALMAS, Telefone (63) 3229-4023, e-mail: cep_uft@uft.edu.br.

APENDICE III – Roteiro da Roda de Conversa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA

ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

1. Me diz o seu nome, idade e curso que estão fazendo?
2. Que ano vocês entraram na UFT e como vocês se sentiram quando entraram na universidade?
3. Quando vocês chegaram na UFT, vocês foram acolhidos?
4. Quais tem sido as facilidades para vocês permanecerem na universidade?
5. E quais as dificuldades que vocês enfrentam?
6. O que mudou na sua vida com a entrada na universidade?
7. Vocês já viveram alguma discriminação dentro da universidade ou conhecem alguém que já viveu? Se sim, como foi e por quem? Isso acontece sempre?
8. O que gerou essa discriminação na sua vida? Como que vocês se protegem e resistem frente a essas discriminações que sofreram na universidade?
9. De que forma a UFT poderia acolher melhor os alunos indígenas, que sugestão que vocês dão?
10. Tem mais alguma coisa importante que eu não perguntei e que vocês gostariam de me contar?

APENDICE VI – Roteiro da entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.

1. **Parte 1: Identificação do participante** 1

2. . Qual seu nome? 2. Qual sua idade? 3.
3. Onde você mora? 4
4. . Etnia: Xerente 5.
5. Curso de graduação realizado 6.
6. Área de atuação atual (acadêmica, profissional, comunitária, etc.) 7.
7. Ano de conclusão da graduação

Parte 2: Vivências na Universidade- Discriminação e Desafios

1. Conta-me como foi a sua experiência na universidade?
2. Durante sua trajetória acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), você vivenciou ou percebeu situação de discriminação racial ou preconceito por ser indígena? Se sim, poderia compartilhar alguns exemplos?

3. De que forma você percebeu que a discriminação contra indígenas se manifestava no contexto universitário? (Seja no convívio, nas relações institucionais, nas práticas acadêmicas ou no ambiente acadêmico em geral)
4. Quais foram os impactos emocionais, psicológicos ou na saúde mental que você percebeu ao longo da sua trajetória acadêmica devido a essas situações?
5. Você sente que esses desafios acadêmicos, associados à discriminação, afetaram sua trajetória, seu desempenho ou sua saúde mental? De que forma?
6. Quais estratégias você desenvolveu para enfrentar essas situações de racismo, preconceito e desafios acadêmicos?
7. O que te fortaleceu e te manteve firme até chegar onde está hoje?
8. Olhando hoje para sua trajetória, como você percebe que a universidade poderia ser um espaço mais acolhedor e menos discriminatório para estudantes indígenas?
9. Na sua visão, qual deve ser o papel da Psicologia no enfrentamento do racismo, na promoção da saúde mental e no fortalecimento dos povos indígenas, especialmente do povo Xerente?
10. Você acredita que os serviços de apoio psicológico nas universidades estão preparados para atender as demandas específicas dos estudantes indígenas? O que deveria mudar?
11. Que conselho, reflexão ou mensagem você gostaria de deixar para os estudantes indígenas que hoje estão na universidade enfrentando desafios semelhantes aos que você vivenciou?